

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

GÊNESE, CONTEXTO E FINALIDADE DA LEI ANTIFACÇÃO	19
<i>Ademir Gasques Sanches</i>	
1. Gênese, contexto e finalidade da Lei Antifacção	19
1.1 A evolução do combate ao crime organizado no Brasil	20
1.2 O cenário político-crimal que antecedeu a Lei nº 15.358/2026 ...	23
1.3 Facções criminosas, grupos paramilitares e milícias privadas no contexto brasileiro	25
1.4 A finalidade declarada e a finalidade prática do novo marco legal	26
1.5 A Lei Antifacção no sistema normativo brasileiro	27
1.6 A posição da Lei nº 15.358/2026 no moderno sistema brasileiro de enfrentamento ao crime organizado	28
Referências	29

CAPÍTULO 2

CONCEITOS FUNDAMENTAIS, TÉCNICA LEGISLATIVA E ALCANCE NORMA- TIVO DA NOVA LEI.....	31
<i>Ademir Gasques Sanches</i>	
2.1. Organização criminosa ultraviolenta, grupo paramilitar e milícia privada.....	31
2.2. Domínio social estruturado como categoria jurídico-penal	35
2.3. Favorecimento ao domínio social estruturado	38
2.4. Controle territorial, controle social e intimidação difusa.....	39
2.5. Critérios interpretativos e riscos de expansão indevida do tipo penal..	40
2.6. Técnica legislativa adotada pela Lei nº 15.358/2026	42
2.7. Alcance normativo da lei e diálogo com a legislação especial	44
2.8. Alterações ocorridas na legislação por força da Lei 15.358/2026	45
2.8.1 Alterações ocorridas no Código Penal	45
2.8.2 Mudanças promovidas no Código de Processo Penal (3.689/1940)	47

2.8.3	Mudanças ocorridas na Lei 8.072/1990, Lei dos crimes hediondos	49
2.8.4	Mudanças ocorridas na Lei 7.210/1984, Lei de Execução Penal....	49
2.8.5	Mudanças ocorridas na Lei nº 11.343/2006, Lei de Drogas	51
2.8.6	Mudanças ocorridas na Lei nº 9.613/1998, Lei de lavagem de dinheiro.....	51
2.8.7	Mudanças ocorridas Lei nº 4.737/1965, Código Eleitoral.....	52
	Referências	52

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS, GARANTIAS FUNDAMENTAIS E LIMITES JURÍDICO-PENAIIS DA LEI ANTIFACÇÃO	57
--	-----------

Carlos Afonso Gonçalves da Silva

3.1	Legalidade, taxatividade e vedação à analogia incriminadora	59
3.2	Proporcionalidade, necessidade e intervenção penal.....	62
3.3	Devido processo legal, contraditório e presunção de inocência.....	64
3.3.1	Contraditório diferido e medidas sem oitiva prévia.....	65
3.3.2	Ampliação da prisão preventiva.....	65
3.3.3	Prazos investigativos e lógica de eficiência.....	66
3.3.4	Presunção de inocência e medidas patrimoniais.....	66
3.4.	Segurança pública, proteção da coletividade e direitos fundamentais..	67
3.5.	Controle de constitucionalidade, convencionalidade e contenção hermenêutica.....	69
3.6.	Os principais pontos de tensão constitucional do novo regime.....	71
	Referências Bibliográficas	73

CAPÍTULO 4

COMENTÁRIOS AO ART. 1º DA LEI Nº 15.358/2026	75
---	-----------

Carlos Afonso Gonçalves da Silva

4.1.	Objeto da Lei	77
4.2.	Finalidade normativa do marco legal	78
4.3.	Bens jurídicos tutelados	80
4.4.	Delimitação do campo de incidência da lei	82
4.5.	Relação do art. 1º com os demais diplomas correlatos.....	83
4.6.	Estrutura interna da Lei nº 15.358/2026 e sua vocação expansiva	85
4.7.	Síntese conclusiva do capítulo.....	87
4.8.	Referências bibliográficas	87

CAPÍTULO 5

COMENTÁRIOS AO ART. 2º DA LEI Nº 15.358/2026.....	89
<i>Alcino Ferreira de Sousa Júnior</i>	
5.1. Estrutura típica do crime de domínio social estruturado.....	92
5.2. Sujeito ativo, vínculo com a organização e elemento subjetivo	93
5.3. Comentários ao inciso I.....	94
5.4. Comentários ao inciso II.....	95
5.5. Comentários ao inciso III.....	96
5.6. Comentários ao inciso IV.....	97
5.7. Comentários ao inciso V.....	97
5.8. Comentários ao inciso VI.....	98
5.9. Comentários ao inciso VII.....	98
5.10. Comentários ao inciso VIII.....	99
5.11. Comentários ao inciso IX.....	99
5.12. Comentários ao inciso X.....	100
5.13. Consumação, tentativa, concurso de agentes e concurso de crimes.....	101
5.14. Das penas e demais efeitos processuais.....	102
5.15. Causas especiais de aumento de pena do § 1º da Lei nº 15.358/2026....	102
5.16. Aspectos processuais nos crimes de homicídios dolosos no contexto do domínio social estruturado	106
5.17. Relações com a Lei nº 12.850/2013 e com outros delitos correlatos.....	107
5.18. Síntese conclusiva do capítulo.....	108
5.19. Referências bibliográficas.....	109

CAPÍTULO 6

COMENTÁRIOS AOS §§ 1º A 9º DO ART. 2º DA LEI Nº 15.358/2026	111
<i>David Pimentel Barbosa de Siena</i>	
6.1. Causas de aumento do § 1º e seus critérios de incidência.....	113
6.2. Liderança, financiamento e infiltração em estruturas estatais.....	114
6.3. Conexão transnacional e emprego de violência ampliada.....	115
6.4. Recrutamento de crianças e adolescentes.....	116
6.5. Uso de tecnologia, criptografia, monitoramento territorial e contrainteligência	117
6.6. Conceito legal de facção criminosa no § 2º.....	118
6.7. Reflexos do dispositivo vetado do § 3º	119
6.8. Insuscetibilidade de benefícios do § 4º.....	120
6.9. Atos preparatórios do § 5º	120
6.10. Vedação de auxílio-reclusão do § 6º	121

6.11.	Cumprimento em estabelecimento penal federal do § 7º	122
6.12.	Julgamento pelas varas criminais colegiadas do § 8º.....	122
6.13.	Prisão preventiva do § 9º.....	123
6.14.	Questões constitucionais e operacionais do art. 2º.....	124
6.15.	Síntese conclusiva do capítulo.....	124
6.16.	Referências Bibliográficas.....	126

CAPÍTULO 7

COMENTÁRIOS AO ARTIGO 3º DA LEI Nº 15.358/2026.....	127
--	------------

Alcino Ferreira de Sousa Júnior

7.1.	Introdução	128
7.2.	Estrutura típica do art. 3º	128
7.3.	Comentários ao inciso I – Apoio logístico e operacional	129
7.4.	Comentários ao inciso II.....	130
7.5.	Comentários ao inciso III	131
7.6.	Comentários ao inciso IV.....	132
7.7.	Comentários ao inciso V.....	132
7.8.	Comentários ao inciso VI.....	133
7.9.	Falsa alegação de pertencimento e questões de tipicidade.....	134
7.10.	Parágrafo único, regime punitivo e relação com outras figuras penais ...	135
7.11.	Do caráter hediondo das condutas previstas no caput e nos §§ 1.º e 3.º do art. 2.º, bem como aquelas descritas no art. 3.º da Lei Antifacção...	136
	7.11.1 Os reflexos na liberdade provisória e as cautelares	137
	7.11.2 Hediondez e a execução penal.....	138
7.12.	Das formas especiais de organização criminosa e a integração normativa	138
7.13.	Síntese conclusiva do capítulo.....	139
7.14.	Referências bibliográficas	141

CAPÍTULO 8

COMENTÁRIOS AO ARTIGO 4º	143
---------------------------------------	------------

Antônio Wellington Brito Júnior

8.1.	Hediondez dos crimes previstos na Lei Antifacção	143
8.2.	Consequências penais, processuais e executórias da hediondez.....	146
8.3.	Incidência subsidiária da Lei nº 12.850/2013	152
8.4.	Alcance do parágrafo único	155
8.5.	Integração sistemática com a legislação especial.....	158
8.6.	Repercussões concretas da hediondez no tratamento jurisdicional e executório	160

CAPÍTULO 9

COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 5º A 8º	163
<i>Antônio Wellington Brito Júnior</i>	
9.1. O artigo 5º: prazo do inquérito policial, controle judicial e revisão ministerial.....	164
9.2. O artigo 6º: forças-tarefas integradas, compartilhamento seguro de dados e inteligência	176
9.3. O artigo 7º: cooperação internacional policial e de inteligência	179
9.4. O artigo 8º: aplicação dos meios especiais de obtenção de provas da Lei nº 12.850/2013 e da Lei nº 9.613/1998	183
9.5. Repercussões práticas para a investigação, o Ministério Público e o controle jurisdicional.....	187
9.6. A nova racionalidade procedimental da Lei Antifacção.....	190
9.7. Bibliografia.....	194

CAPÍTULO 10

COMENTÁRIOS AOS ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 15.358/2026.....	195
<i>Higor Vinicius Nogueira Jorge</i>	
10.1. Artigos e comentários.....	195
10.2. Síntese conclusiva do capítulo.....	207
10.3. Referências bibliográficas.....	207

CAPÍTULO 11

COMENTÁRIOS AOS ARTS. 12 A 20 DA LEI Nº 15.358/2026 – AÇÃO CIVIL AUTÔNOMA DE PERDIMENTO DE BENS	209
<i>Higor Vinicius Nogueira Jorge</i>	
11.1. Síntese conclusiva do capítulo.....	217
11.2. Referências bibliográficas.....	218

CAPÍTULO 12

COMENTÁRIOS AOS ARTS. 21 A 32 DA LEI Nº 15.358/2026	219
<i>Rodrigo Gonçalves da Silva</i>	
12.1 Competência territorial e prevenção do juízo.....	219
12.2 Medidas de urgência, alienação antecipada e prioridade processual....	222
12.3 Nomeação de administrador.....	225

12.4	Atribuições do administrador judicial.....	226
12.5	Sentença na ação civil de perdimento	228
12.6	Custas, despesas e ônus periciais.....	230
12.7	Destinação dos recursos e restituição em caso de improcedência	232
12.8	Retribuição pecuniária ao terceiro colaborador	234
12.9	Banco Nacional e Bancos Estaduais de Dados	236
12.10	Auxílio-reclusão e seus reflexos	240
12.11	Convivência com regimes administrativos de apreensão, retenção e perdimento.....	242
12.12	Incidência dos instrumentos investigativos da Lei nº 12.850/2013	243
12.13	Compartilhamento institucional, interoperabilidade e limites jurídicos da governança informacional	246
12.14	Bases de dados, integração federativa e controle jurídico da informação	248
12.15.	Síntese conclusiva do capítulo.....	250

CAPÍTULO 13

COMENTÁRIOS AO ART. 33 DA LEI Nº 15.358/2026 – ALTERAÇÕES NO CÓDIGO PENAL..... 253

Rodrigo Gonçalves da Silva

13.1.	Texto legal (alterações ao Código Penal).....	253
13.2	Perdimento de instrumentos e efeitos da condenação (CP, art. 91, § 5º)...	255
13.3.	Suspensão de CNPJ, inidoneidade e interdição de atividades (CP, art. 60, IV; §§ 3º e 4º).....	258
13.4	Homicídio no contexto de atuação de organização criminosa ultraviolenta, grupo paramilitar ou milícia privada (CP, art. 121, §§ 2º-D e 3º-A).....	260
13.5	Lesão corporal, ameaça e sequestro no contexto faccionado (CP, arts. 129, § 8º-A; 147-C; 148, § 3º).....	262
13.6	Furto, roubo, extorsão, extorsão mediante sequestro e receptação (CP, arts. 155, § 9º; 157, §§ 4º e 5º; 158, § 4º; 159, § 5º; 180, § 8º).....	265
13.7.	Técnica legislativa, coerência dogmática e efeitos sistêmicos das alterações penais	267
13.8	Expansão da tutela penal e seus reflexos interpretativos.....	269
13.9.	Síntese conclusiva do capítulo	272
13.10.	Referências bibliográficas	273

CAPÍTULO 14

COMENTÁRIOS AOS ARTS. 34 A 38 DA LEI Nº 15.358/2026..... 277

Fabio Marques Barbosa

14.1.	Alteração na Lei de Crimes Hediondos	277
14.2.	Alteração na Lei de Execução Penal	278
14.3.	Alteração na Lei Antidrogas	282
14.4.	Alteração no Estatuto do Desarmamento	283
14.5.	Alteração no Código de Processo Penal.....	284
14.6.	Síntese conclusiva do capítulo.....	288
14.7.	Referências bibliográficas.....	288

CAPÍTULO 15

COMENTÁRIOS AOS ARTS. 39 A 44 DA LEI Nº 15.358/2026	291
--	------------

David Pimentel Barbosa de Siena

15.1.	Alterações na Lei nº 9.613/1998.....	292
15.2.	Alterações no Código Eleitoral.....	294
15.3.	Alterações na Lei nº 13.756/2018.....	298
15.4.	Alterações na Lei nº 14.790/2023.....	302
15.5.	Art. 43 – dispositivo vetado.....	304
15.6.	Art. 44 – vigência	306
15.7.	Rastreabilidade patrimonial, publicidade ilícita, apostas e descapitalização de estruturas criminosas.....	307
15.8.	Coerência sistêmica das alterações extrapenais promovidas pela Lei Antifacção	308
15.9.	A dimensão financeira e regulatória do enfrentamento ao crime organizado	309
15.10.	Síntese conclusiva do capítulo.....	310
15.11.	Referências bibliográficas.....	311

CAPÍTULO 16

APLICAÇÃO PRÁTICA DA LEI ANTIFACÇÃO: CONTROVÉRSIAS, CASOS E AGENDA INTERPRETATIVA.....	313
---	------------

Higor Vinicius Nogueira Jorge

16.1.	Noções Introdutórias	313
16.2.	Casos hipotéticos de enquadramento e de desenquadramento.....	313
16.3.	Problemas probatórios recorrentes.....	314
16.4.	Teses da acusação e teses da defesa	315
16.5.	Impactos institucionais imediatos para os atores do sistema.....	315
16.6.	Controvérsias constitucionais previsíveis.....	316
16.7.	Agenda interpretativa para os primeiros anos de vigência	316
16.8.	Perspectivas práticas de consolidação jurisprudencial.....	317

16.9. Síntese conclusiva do capítulo.....	317
16.10. Referências bibliográficas	318

CAPÍTULO 17

LEITURAS INTEGRADAS DA LEI ANTIFACÇÃO E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA.....	319
---	------------

Higor Vinicius Nogueira Jorge

17.1. Noções Introdutórias	319
17.2. Consensos interpretativos mínimos	319
17.3. Divergências doutrinárias e tensões constitucionais	320
17.4. Impactos institucionais imediatos e mediatos.....	321
17.5. Pontos de atenção para futuras reformas e para a regulamentação	322
17.6. Diretrizes de interpretação sistemática	322
17.7. Conclusões gerais da obra	323
17.8. Referências bibliográficas.....	323

CAPÍTULO 18

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TECNOLÓGICA, INTELIGÊNCIA E PROVA DIGITAL NA APLICAÇÃO DA LEI ANTIFACÇÃO	325
---	------------

Higor Vinicius Nogueira Jorge

18.1. Noções Introdutórias	325
18.2. A dimensão digital do domínio social estruturado	325
18.3. Comunicação criptografada e a reorientação da prova	326
18.4. Cadeia de custódia e a prova digital.....	327
18.5. Compartilhamento institucional, bancos de dados e governança informacional.....	327
18.6. Inteligência artificial, análise preditiva e controle de viés	328
18.7. Um cenário aplicado	329
18.8. A investigação criminal tecnológica como chave de leitura da lei.....	329
18.9. Limites operacionais, cautelas jurídicas e desafios futuros	330
18.10. Síntese conclusiva do capítulo.....	330
18.11. Referências bibliográficas.....	330